

É preciso dizer não

Logo terá início mais um ano letivo, e gostaríamos de acreditar que 2013 será melhor que o anterior. Afinal, 2012 não foi fácil: o número de tarefas aumentou, a cobrança por resultados não deu trégua, o processo de progressão horizontal deixou graves sequelas. No final do ano, a Reitoria anunciou a concessão do prêmio de excelência que, na verdade, premia o “bom comportamento” das categorias: dado que foi mais um ano sem greves, docentes e funcionários “fizeram por merecer”... E, claro, uma vez mais a USP subiu nos *rankings*...

Em dezembro o reitor informou às entidades que os processos administrativos movidos contra estudantes e funcionários participantes da ocupação do prédio da Reitoria (em novembro de 2011) estavam perto do fim — desta vez, não haveria “eliminação” de estudantes! Vários seriam absolvidos, outros re-preendidos ou suspensos por 5 a 15 dias, o que veio a se confirmar em janeiro de 2013. As penalidades aplicadas aos funcionários envolvidos são semelhantes, mas se revestem de maior gravidade, pois além do desconto salarial permanecerá o registro nos prontuários.

O relativo alívio durou pouco. O novo ano letivo principia sob o impacto de uma grave notícia: a denúncia do Ministério Público Estadual (MPE) contra setenta e duas pessoas: alunos e funcionários da USP (e alguns manifestantes de fora), todos acusados de crimes que podem resultar em penas de oito anos de prisão ou mais (p. 2).

Setenta e dois denunciados! Teria a Reitoria optado por “passar o bastão” ao MPE, evitando acentuar o desgaste ocorrido na “eliminação” de seis estudantes em 2011? (Abuso este que o Judiciário coibiu, ao conceder a reintegração de dois deles.)

Contudo, seja qual for o aparato estatal responsável, está clara a

persistente criminalização do exercício da política e dos movimentos sociais dentro e fora da Universidade. Tendência policialesca que, vale lembrar, levou o Gabinete da Reitoria a montar, à margem da lei, um esquema de espionagem interna, empregado contra os movimentos que atuam nos *campi* da instituição — curio-

superior. Trata-se de subordinar a Universidade aos interesses do capital, o que requer transformar cientistas em empresários (ou “empreendedores”). Tenta-se “quebrar a espinha” do corpo docente, seja por meio de cooptação, seja por meio do controle exercido por uma sequência infundável de “avaliações” e certificações.

A cientometria positivista adotada e imposta pela Capes — seus *rankings*, contagens, Qualis, avaliações — encontrou

vos”, como se a Universidade fosse mero ramo industrial.

■ ■ ■

Encerrada a primeira rodada de avaliação da progressão horizontal, na qual inscreveram-se 2.380 colegas (49,95% do contingente total de MS3 e MS5!), ficou claro que as regras do jogo consolidam o viés produtivista da avaliação e sua função de instrumento de sedução e, ao mesmo tempo, de controle da força de trabalho.

Os mecanismos utilizados na primeira rodada da progressão horizontal atestam a inventividade dos avaliadores. Primeiro sacaram a “fração niveladora”; como não conseguiram sustentá-la, passaram a recorrer ao valeduto. São muitos os casos de injustiça; as insatisfações resultaram em

manifestos nas unidades e em crises nos colegiados centrais. O caso do professor Ciro Correia (IGc), relatado à p. 3, comprova que várias CAS operam à revelia da Resolução 5.927 (que rege o processo e manda priorizar “a qualidade do conjunto das atividades do docente”) e valem-se arbitrariamente de comparações entre o candidato e seus pares!

A Universidade pública, capaz de produzir conhecimento livremente, sem as amarras impostas por interesses privados, é estratégica para um país que se pretenda democrático, soberano e socialmente justo. Se quisermos manter acesa a esperança de que Universidade rime com liberdade, com diversidade, com qualidade, vamos precisar dizer “não”. Em alto e bom som. Os docentes podem fazer a USP subir no *ranking* da combatividade. Talvez isso não renda prêmios individuais, mas certamente trará a todos um novo ânimo, no início de cada ano letivo. Ademais, isso fará jus à verdadeira essência da Universidade!



samente, o MPE não se interessou por este assunto.

■ ■ ■

A Universidade pública, reduto do pensamento crítico, da rebeldia intelectual, da liberdade cultural, da cidadania política, vê-se cada vez mais reduzida a uma espantosa condição de submissão. As forças políticas dominantes na administração precisam domesticar a Universidade, como condição *sine qua non* para abrir caminho a valores e práticas mercantis que vêm sendo implantados no ensino superior brasileiro, inexoravelmente, desde os anos 1990.

O projeto em curso é mais amplo e pretende envolver todas as instituições públicas de ensino

terreno fértil na vocação meritocrática e punitiva das burocracias que controlam as maiores universidades brasileiras e agências de fomento. A USP identificou-se com o projeto e tornou-se um de seus motores no Brasil.

Reduziram-se drasticamente os prazos da pós-graduação; as publicações tornaram-se o objetivo primeiro da pesquisa; a graduação e a docência foram rebaixadas a atividades menores. Extensão tornou-se sinônimo de venda de serviços por fundações privadas ditas “de apoio”: cursos pagos, consultorias, projetos de encomenda. Docentes passaram a ser divididos em “produtivos” e “improduti-

A quem interessa a denúncia do MPE?

Quinze meses após a ocupação do prédio da Reitoria da USP, a promotora de justiça Eliana Passarelli, do Ministério Público Estadual (MPE-SP), denunciou à justiça 72 pessoas que foram detidas quando da reintegração de posse. Dentre elas estão 55 alunos da universidade. Entre os restantes 17, há funcionários da USP e manifestantes externos.

O MPE acusa os denunciados de dano ao patrimônio público (6 meses a 3 anos de prisão), pichação (1 a 3 anos), desobediência judicial (15 dias a 6 meses), posse de artefatos explosivos (6 meses a 2 anos) e formação de quadrilha (1 a 3 anos).

A decisão da promotora surpreendeu. Em primeiro lugar, pelo longo intervalo de tempo entre a ocupação (que se deu de 2 a 8/11/11) e o momento em que a denúncia foi protocolada (5/2/13). Em segundo lugar, porque a Reitoria finalizou, em 31/1/13, os processos administrativos disciplinares abertos contra os mesmos estudantes e funcionários: alguns foram absolvidos e outros re-

ceberam punições como repreensão e suspensão por até 15 dias.

“Bandidos” Os acusados “fabricaram e possuíam, naquela oportunidade, sem licença da autoridade competente, engenho explosivo”, diz a denúncia. “Os petrechos estavam todos montados para serem usados a qualquer momento, então não dá para dizer que estamos lidando com estudantes. Nós estamos lidando com bandidos”, declarou a promotora Eliana Passarelli ao *Jornal do SBT*.

As comissões processantes, que investigaram o caso por meses, chegaram a conclusão diferente. Os processos administrativos relativos à ocupação do Bloco “G” da Superintendência de Assistência Social (antiga Coseas), em 2010, e da Reitoria, em 2011, sugeriram absolvições “quando a instrução processual comprovou que o aluno estava fora do prédio, muito embora seu nome constasse de documentos relativos à desocupação”.

Penalidades disciplinares específicas (repreensão por escrito; suspensão por 5 dias e suspensão por 15 dias) foram atribuídas a estudantes enquadrados em circunstâncias consideradas atenuantes, por exemplo: “permanência indevida no prédio da Reitoria, quando da reintegração de posse, sem indicativos de que tenham adentrado o prédio ou nele permanecido anteriormente”.

Ampla defesa. Procurada pelo *Informativo Adusp*, a assessoria de imprensa da Reitoria garantiu que, “durante o processo, foram observados os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, bem como os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade”.

Em nota, o Fórum Aberto pela Democratização da USP critica a Reitoria por manter a presença da Polícia Militar no *campus* do Butantã, lembrando que a ocupação de 2011 se deu em contexto de luta contra a militarização da universi-

dade e a violência policial. “Menos de uma semana após a determinação das punições administrativas, no dia 5 de fevereiro o Ministério Público Estadual (MPE) denuncia os 72 estudantes, funcionários e manifestantes por formação de quadrilha, posse de explosivos, danos ao patrimônio público, desobediência e crime ambiental por pichação, que indicam o mínimo de 8 anos de prisão”.

Segundo a nota, as punições administrativas confirmam a criminalização do movimento político na universidade e “consolidam o fato de que a Reitoria da USP, amparada pelo regimento disciplinar, segue empreendendo o acordo com a Polícia Militar, com a evidência, hoje, de que não há por parte da Reitoria qualquer tipo de política de ‘segurança’ que não seja a presença da PM”. “Nada foi realizado no *campus* em relação à melhor iluminação das vias, por exemplo”.

Leia a íntegra da nota em <http://democraciausp.org/?p=61>

Acusado de má-conduta científica, diretor do ICB nega fraude, mas admite erros

Uma comissão de sindicância, constituída pela Pró-Reitoria de Pesquisa, está investigando uma acusação de fraude científica contra o diretor do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB-USP), professor Rui Curi. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também abriu uma investigação.

Em razão das denúncias, publicadas originalmente no blogue *ScienceFraud* (mantido por um pesquisador norte-americano), Curi mandou despublicar um artigo seu de 2007, “*Regulation of interleukin-2 signaling by fatty acids in human lymphocytes*”, publicado no *Journal of Lipid Research*.

O professor Curi nega que tenha havido fraude, mas reconhece erros nas imagens que ilustram o artigo. “São erros que nós não vimos. Asseguro que não houve má-fé”, disse à *Folha de S. Paulo* o diretor do ICB. “Não houve fraude e sim erros na montagem das figuras”, declarou a *O Estado de S. Paulo*. Ele atribuiu os enganos à sua ex-

aluna Renata Gorjão, orientanda de doutorado. Outros ex-alunos seus, como Sandro Hirabara e Rafael Lambertucci, também são co-autores do artigo despublicado.

O caso chama atenção por algumas semelhanças com episódio ocorrido em 2009, quando veio a público denúncia de plágio contra um grupo de pesquisadores do qual fazia parte a então reitora Suely Vilela (vide *Informativo Adusp* 296). O líder do grupo, professor Andreimar Soares, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, seria demitido pela USP em 2011, após processo administrativo.

Na época, Soares também responsabilizou sua orientanda, uma das coautoras do artigo questionado, e (como no presente caso) por escolha indevida de imagens: “Deixo claro que não houve plágio, e sim que ocorreu um lamentável erro de substituição de figuras pela minha ex-aluna de doutorado”, declarou ao *Informativo Adusp*. Ela teve seu título cassado pela USP.

Produtivismo? Há fortes evidências de que o caso atual, como os demais episódios de má conduta científica ocorridos na USP, tenha como pano de fundo a exacerbação do produtivismo acadêmico.

O diretor do ICB tem o impressionante número de 503 artigos publicados, além de 475 resumos apresentados em congressos. Os dados constam do currículo Lattes do professor, atualizado em maio de 2012. Outro número muito expressivo: dos 503 artigos, nada menos do que 98 foram publicados desde 2009, portanto no período em que ele está à frente do ICB.

Quer dizer que, em apenas quatro anos — exatamente no período em que vem exercendo a direção do ICB, com todos os encargos administrativos que essa função acarreta — o professor publicou quase 20% da sua própria produção científica, iniciada há 30 anos. Note-se que alguns pesquisadores de prestígio na área, colegas seus com perfil acadêmico semelhante, têm pouco mais do que uma centena de artigos publicados ao longo da carreira.

No dia 4/2, o *Informativo Adusp* encaminhou ao professor Curi perguntas sobre o caso. Até o fe-

chamento desta edição, em 7/2, não recebemos suas respostas.

Solidariedade. Movimentação inusual vem ocorrendo no ICB, tão logo se anunciou que o caso seria investigado. Os professores Luiz Roberto Britto, ex-diretor da unidade, e Benedito Corrêa, vice-diretor da atual gestão, fizeram circular um documento de solidariedade a Curi, no qual destacam a idoneidade “absolutamente inquestionável” do colega e afirmam que “uma denúncia de potenciais problemas em alguns poucos artigos publicados não pode destruir” o que chamam de “uma sólida carreira acadêmica”.

O professor Esem Cerqueira, também do ICB, questionou a “insistência” de Britto e Corrêa em “enviar-nos mensagens eletrônicas cobrando adesão aos seus intentos”, e pedindo aos docentes da unidade que “não se omitam” na defesa de Curi. “Como assim, ‘não se omitam neste momento’? Desde quando somos obrigados a uma tomada de posição em favor (ou contra) de quem quer que seja?”, reagiu Cerqueira. “E neste caso, em favor de um colega, antes mesmo dos resultados das investigações prometidas pela Reitoria, Fapesp e CNPq?”

Progressão horizontal

CAS de Ciências da Terra ignora Resolução 5.927 e docente preterido recorre à CCAD

No processo de Avaliação para Progressão de Nível na Carreira Docente, algumas comissões setoriais (CAS) comportam-se de maneira imperial, atropelando o espírito e a letra da Resolução 5.927/2011. Esta norma reformou a carreira ao segmentar o cargo de Professor Doutor em níveis 1 e 2 e a função de Professor Associado em níveis 1, 2 e 3; e ao instituir a progressão horizontal entre esses níveis. Diferentemente dos concursos (para Professor Titular, por exemplo), nos quais candidatos disputam vagas uns com os outros, a progressão horizontal baseia-se na avaliação, por pareceristas, do mérito dos candidatos conforme os memoriais por eles apresentados, sem comparações e sem competição entre pares.

Além disso, na progressão horizontal leva-se em conta, em tese, a qualidade do conjunto de atividades desenvolvidas pelo candidato ou candidata, sabendo-se de antemão que é impossível a um docente sair-se excepcionalmente bem em todas as frentes: graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, engajamento institucional...

Isso é o que preconiza a Resolução 5.927. Mas não foi o que aconteceu em diversas áreas. O primeiro golpe na norma foi desferido pela própria Comissão Central de Avaliação Docente (CCAD), ao criar, no documento intitulado “Diretrizes”, a chamada “Fração Niveladora”, que supõe a fixação de um percentual máximo de aprovações por área — e a adoção de notas de corte. Diante dos protestos, a CCAD recuou e desautorizou as “Diretrizes”. Mas parte das CAS decidiu seguir em frente com a fração niveladora (vide *Informativo Adusp* 355 e 356). Parece ter sido esse o caso da CAS de Ciências da Terra.

Vejam: inconformado com a decisão da CAS de preterir a sua candidatura ao nível de Professor Associado 3, o professor *Ciro Correia*, do Instituto de Geociências (IGc), ingressou, em 5/11/12, com um pedido de reconsideração na própria CAS. Ele apontou o “flagrante antagonismo” entre, de um lado, o parecer conclusivo da CAS, que rejeitou sua pretensão; e, de outro lado, os três pareceres

dos assessores, todos favoráveis ao candidato.

Ainda no pedido de reconsideração, o professor inclui tabela em que constam os conceitos recebidos por ele na avaliação dos assessores: três “excelente”, seis “muito bom”, quatro “bom” e apenas dois “regular”. Nenhum “insuficiente”. Segundo os critérios da própria CAS, isso resultaria na média final 3,7 (para um total de 5). Todos os pareceristas são professores titulares com atuação científica na área do candidato, reconhecidos dentro e fora do país por suas trajetórias acadêmicas.

Porém, em absoluta rota de colisão tanto com os critérios da CAS quanto com o entendimento expresso dos três pareceristas, o relator da candidatura do professor *Ciro* concluiu que “no conjunto ... as atividades do interessado não satisfazem os critérios para a progressão na carreira” (*sic*)!

Em resumo: o relator nomeado pela CAS colocou-se acima da opinião unânime dos assessores designados pela própria CAS.

“Desempenho médio”

Apresentado em 5/11/12, o pedido de reconsideração não teve sorte melhor. “Os pareceres dos assessores indicam que o Dr. *Ciro* foi bem avaliado nos diversos itens, com exceção da orientação de trabalhos que foi considerado regular a bom ... Note-se que os avaliadores externos não têm como comparar o docente com outros no mesmo nível dentro do conjunto que pleiteia a progressão na carreira”, assinalou o parecerista da CAS (anônimo, ao contrário dos três primeiros). “A falta de orientação de alunos é um ponto crítico ... A decisão final da Comissão de Avaliação da Carreira docente se baseou em critérios quantitativos considerados insuficientes para a progressão tendo em vista o universo de casos julgados pela comissão”.

Já o relator (também incógnito, diferentemente da etapa inicial) acrescentou, no parecer conclusivo da etapa de reconsideração, que a assessoria ponderou que, “embora o candidato tivesse sido muito bem avaliado pelos assessores anteriores, o seu currículo

mostra falhas que não são compatíveis com o nível pretendido, principalmente quando se considera o desempenho médio demonstrado pelo universo de pesquisadores com que a CAS em Ciências da Terra trabalha”.

Assim, a CAS decidiu, à revelia da Resolução 5.927, incluir a comparação como critério de avaliação, a tal ponto que o parecerista da etapa de reconsideração desdenhou dos avaliadores externos, uma vez que estes “não têm como comparar o docente com outros no mesmo nível dentro do conjunto que pleiteia a progressão na carreira”! Nessa mesma lógica, portanto, é que parecerista e relator citaram “o universo de casos julgados” e “o desempenho médio demonstrado pelo universo de pesquisadores com que a CAS trabalha”.

Diante da insistência da CAS em ignorar a Resolução 5.927, o professor *Ciro* recorreu à CCAD. “Estaria a CAS trabalhando segundo regras próprias, estranhas à Resolução 5.927?”, indaga o docente no seu recurso (<http://goo.gl/oHf0D>). “Estaria ainda sob a influência da malfadada e já oficialmente retratada (após os questionamentos havidos por iniciativa da Congregação do Instituto de Geociências - IGc) decisão da CCAD de trabalhar com o mecanismo da Fração Niveladora”?

Apesar das exceções louváveis representadas pela atuação de algumas CAS, a verdade é que a Progressão Horizontal foi concebida e vem sendo executada com a mesma lógica de competição interna, de concorrência entre os docentes (inclusive para fins de controle da força de trabalho), introduzida no ensino superior mundial após o advento do neoliberalismo — e que, paulatinamente, vem se aposando das universidades brasileiras. Uma vez pautada a avaliação produtivista da universidade e dos que dela fazem parte, a atividade acadêmica torna-se cada vez mais alheia a qualquer análise qualitativa do seu papel, da sua função social, da primazia da reflexão crítica enquanto pressuposto de qualquer processo educacional efetivo.

Combater abusos. É importante que candidatos à pro-

gressão horizontal que tenham ingressado com pedidos de reconsideração fiquem atentos a atitudes das CAS de suas respectivas áreas, eventualmente semelhantes à relatada acima.

Obviamente, é intolerável que a norma da USP seja “atropelada” ou ignorada por aqueles que deveriam ser os primeiros a cumpri-la. Porém, mais do que isso, é crucial quebrar as rotinas segredistas operadas pela burocracia em torno da avaliação. Só o conhecimento público das incoerências e do desvirtuamento do processo em curso é que permitirá reverter as injustiças cometidas.

O Departamento Jurídico da Adusp recomenda aos docentes que desejarem apresentar pedido de reconsideração, que não deixem de imprimir cópia da página do sistema que acusa o envio do pedido. Isso porque já se tem conhecimento de dois casos em que o pedido foi enviado, mas não consta do sistema.

Apoio a docentes. Os professores associados *Ciro Correia*, *Daniel Atêncio* e *Ginaldo da Cruz Campanha*, que impetraram pedidos de reconsideração das preterições sofridas, receberam em 27/11/12 apoio unânime do Conselho Deliberativo do Departamento de Mineralogia e Geotectônica (GMG) do IGc. A deliberação foi encaminhada à CCAD.

Os três pleitearam progressão para Professor Associado 3, porém a CAS de Ciências da Terra, além de negar a progressão de *Correia*, atribuiu apenas o nível de Associado 2 para *Atêncio* e *Campanha*.

O Conselho do GMG declarou que “as trajetórias acadêmicas e características de engajamento institucional destes docentes” e “o fato de terem sido aprovados, em momentos anteriores, com desempenho destacado, em concursos públicos para cargos de Professor Titular no Departamento”, os credenciam “de modo inequívoco para a progressão ao nível solicitado”. Solicita “que as decisões sejam revistas e que os pedidos de reconsideração endereçados à CAS sejam deferidos”.

Comissão da Verdade da USP

O Fórum Aberto pela Democratização da USP, do qual a Adusp participa, entregou em 21/11/12 ao professor Rubens Beçak, secretário geral da universidade, abaixo assinado com mais de 4.600 assinaturas reivindicando a instalação da Comissão da Verdade da USP (CVUSP).

Espera-se que a CVUSP venha a apurar casos de violações de direitos humanos que atingiram profundamente a comunidade acadêmica no período da Ditadura Militar (1964-1985). A campanha em favor de sua criação teve início há oito meses, impulsionada pelo Fórum Aberto, que agrega cerca de vinte entidades e coletivos ligados à comunidade universitária e interessados na luta por memória, verdade e justiça.

Em 15/12/12, foi publicado, no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Comunicado do reitor, no qual se considera “a relevância da busca da verdade histórica dos fatos ocorri-

dos no seio da Universidade” e que “qualquer grupo interessado na busca dessa verdade possui legitimidade própria, independentemente de nomeação reitoral”. No mesmo Comunicado, o reitor nomeia um grupo formado pelos professores Alberto Carlos Amadio (chefe de gabinete), Wanderley Messias da Costa (superintendente das relações institucionais) e Rubens Beçak, que tem como única atribuição fazer a interlocução entre os órgãos da USP e os “grupos acima mencionados”.

Em função disso, o Fórum Aberto protocolou ofício, em janeiro de 2013, solicitando o agendamento de uma reunião com os professores indicados, para tratar da instalação da CVUSP.

Dever da USP. A primeira reunião entre o Fórum Aberto e o grupo indicado pelo reitor ocorreu em 22/1/13. Os representa-

tes do Fórum argumentaram que a instalação da CVUSP constitui-se não só em direito dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, mas em dever da USP, enquanto instituição, de reparar seus erros. Os representantes da Reitoria comprometeram-se com a instalação oficial de uma Comissão da Verdade. Agendou-se nova reunião para 4/2/13, na qual o Fórum Aberto deveria apresentar sua proposta quanto aos critérios de composição da CVUSP.

Em 30/1/13, o Fórum Aberto discutiu propostas relativas às atribuições, composição e modo de funcionamento da CVUSP, que incluem: necessidade de nomeação da Comissão por ato administrativo do Reitor, publicado no *Diário Oficial*; compromisso da Universidade em dotar a CVUSP da infraestrutura material adequada; prazo de 14/12/2013 para realização de seus trabalhos, coin-

cidindo com o prazo da Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”; garantia de acesso a toda a documentação pertinente; questões relativas ao financiamento da CVUSP. Discutiu também várias propostas de composição da Comissão sem, no entanto, ter chegado a uma formulação final.

Na reunião com os representantes da Reitoria, realizada em 4/2/13, poucos avanços foram conquistados. A administração deixou claro que, dependendo do formato da Comissão, sua instalação não pode ser feita por meio de ato administrativo do reitor, sendo necessária a tramitação por diversas comissões e Conselho Universitário.

Nova rodada de negociação entre os representantes do Fórum e da Reitoria foi agendada para 21/2/13, na qual esperamos avançar na formulação de propostas referentes à estrutura, atribuições e critérios de composição da CVUSP.

Enfim, debate de cotas na USP

Na USP, as discussões sobre o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Paulista (Pimesp), anunciado em 2012 pelo governador Alckmin, já têm período para começar e terminar. No dia 6/2, os diretores de unidades receberam comunicado da Reitoria a respeito da proposta que prevê, até 2016, a reserva de 50% de vagas (com recorte racial segundo a composição étnica do Estado) para o ingresso de alunos de escolas públicas na USP, Unesp e Unicamp.

Na mensagem, a Reitoria orienta que a proposta seja discutida nas unidades e que no prazo de 60 dias os diretores encaminhem à Reitoria as respectivas manifestações com comentários e sugestões sobre o assunto. “As contribuições recebidas das Unidades/Órgãos da USP servirão de subsídios para a posterior tramitação da proposta nos Órgãos Colegiados da Universidade”, diz o texto.

Os diretores também receberam a íntegra da proposta e dados sobre

o acesso ao ensino superior no Brasil. “No Estado de São Paulo, 76% dos matriculados no ensino superior público são brancos, mas apenas 9% desses pertencem aos 20% mais pobres”, mostra o documento. No primeiro ano em que o Pimesp estiver em vigor, estima-se que venham a ingressar na USP 1.108 alunos de escolas públicas (desses, 637 auto-declarados negros, pardos e indígenas). No mesmo período, a previsão de gastos com bolsas de permanência é de R\$ 4 milhões.

Lisete Arelaro, diretora da Faculdade de Educação, propõe que as discussões incluam funcionários, alunos e professores. “Os três segmentos têm que ser ouvidos sobre o documento, que é bem complexo. [Na Faculdade de Educação] o material vai ser discutido de maneira geral, porque isso é o compromisso que tínhamos com a questão das cotas, de ampliar esse debates. Estamos recebendo este documento e temos que ler com atenção”, disse ao *Informativo Adusp*.

Soraya Smaili reitora da Unifesp

A nova reitora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Soraya Soubhi Smaili, foi empossada pelo ministro Aloizio Mercadante no dia 7/2, em Brasília. Soraya venceu a consulta oficial à comunidade, realizada em outubro de 2012 e disputada por três chapas.

Graduada pela USP, Soraya é livre-docente em farmacologia e cursou pós-doutorado na Thomas Jefferson University e no National Institutes of Health (NIH), ambos nos EUA. Soraya ingressou no corpo docente da antiga Escola Paulista de Medicina (que dois anos depois seria federalizada) em 1992. Entre 2001 e 2003, presidiu a Associação dos Docentes da Unifesp.

Ao empossar a nova reitora, o ministro destacou a expansão da instituição, que ganhará um *campus* na zona leste da capital paulista. Soraya reforçou a necessidade de a Unifesp dar continuidade ao processo de expansão e consolidação, mas com qualidade: “Queremos continuar expandindo na área da pesquisa e pós-graduação. Já temos cursos muito bem-sucedidos e, por isso, precisamos continuar expandindo com qualidade.”

E na USP? Neste ano, teremos sucessão reitoral. Ao assumir, o atual reitor comprometeu-se a alterar o processo de indicação do reitor, visando maior participação da comunidade. Será?

Ajuizada ação referente à URV

A Adusp ajuizou em 22/01/2013 uma ação coletiva, visando a correção e o pagamento das diferenças salariais dos vencimentos e proventos decorrentes da conversão das normas instituidoras do real como moeda (URV). A ação corre perante a 5ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo sob o nº 0002800-85.2013.8.26.0053. A seguir, devemos aguardar que a Universidade seja citada para apresentar a contestação à ação. Divulgaremos os principais andamentos da ação, à medida de seus acontecimentos.

Sede da Adusp

Conforme relatamos no *Informativo Adusp* 354, desde o início de novembro passado a sede da Adusp está localizada, provisoriamente, à Rua Ernani da Gama Correia, 498, Butantã. O espaço no *campus*, localizado no prédio da Prefeitura, que abrigará a nova sede da entidade, precisa de reformas e, no momento, estamos fazendo orçamentos com empresas construtoras, para iniciarmos as obras o mais rapidamente possível. O Conselho

de Representantes (CR), em sua reunião de 23/11/12, indicou uma comissão constituída de um membro da diretoria e dois conselheiros, professores Caio Gracco P. Dias, da FDRP, e Ciro Teixeira Correia, do IGc, que se encarregará de fazer uma análise preliminar das propostas apresentadas, a ser encaminhada para apreciação do CR, possivelmente já na primeira reunião do semestre. Nossa expectativa é de que a reforma dure cerca de 6 meses, daí a necessidade de iniciá-la o quanto antes.